

CAMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 of 1

ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	176.186,50	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	8.786.660,85	7.998.077,26
<u>TESOURO</u>	<u>0,00</u>	<u>176.186,50</u>	<u>TESOURO</u>	<u>8.786.660,85</u>	<u>7.998.077,26</u>
GERAL	0,00	176.186,50	ORDINARIO	8.786.660,85	7.998.077,26
<u>RECURSOS ORDINÁRIOS</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.287.884,37	1.342.498,96
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	8.786.688,34	7.797.124,33	<u>RESTOS A PAGAR (PAGOS)</u>	<u>13.082,36</u>	<u>91.019,07</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>	<u>8.786.688,34</u>	<u>7.797.124,33</u>	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00	77.225,00
REPASSE RECEBIDO	8.786.688,34	7.797.124,33	RP PROCESSADOS PAGOS	13.082,36	13.794,07
EXTRA-ORÇAMENTARIA	1.290.489,62	1.292.801,49	<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>1.274.802,01</u>	<u>1.251.479,89</u>
<u>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</u>	<u>13.057,69</u>	<u>41.251,22</u>	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	499.722,69	389.478,24
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	13.057,69	28.168,86	INSS	380.161,62	352.592,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	13.082,36	ISS	16.199,40	25.044,77
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>1.277.431,93</u>	<u>1.251.550,27</u>	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	2.892,74
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	499.722,69	389.478,24	PENSÃO ALIMENTÍCIA	8.514,29	0,00
INSS	379.007,39	352.662,40	RETENÇÃO RELATIVA A VALE TRANSPORTE	1.101,31	1.989,31
ISS	16.199,40	25.044,77	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	283.854,22	422.933,56
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	2.735,75	2.892,72	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	7.034,83	6.873,33
PENSÃO ALIMENTÍCIA	8.514,29	0,00	RETENÇÕES - PLANOS DE SEGUROS	0,00	5.826,35
RETENÇÃO RELATIVA A VALE TRANSPORTE	1.023,78	1.989,31	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	78.213,65	43.849,59
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	283.854,33	422.933,56	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	102.435,22	99.802,48
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	8.160,65	6.873,33	<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>102.435,22</u>	<u>99.802,48</u>
RETENÇÕES - PLANOS DE SEGUROS	0,00	5.826,35	TOTAL	10.176.980,44	9.440.378,70
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	78.213,65	43.849,59			
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	99.802,48	174.266,38			
<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>99.802,48</u>	<u>174.266,38</u>			
TOTAL	10.176.980,44	9.440.378,70			

JOSE ROBERTO BARBOSA MEDEIROS
 PRESIDENTE
 377.982.434-53

CYNTIA MAYARA GOMES DOS SANTOS

 013.544.664-38

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO BARBOSA MEDEIROS, CYNTIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
 Acesso em: https://eic:ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 65b1a30e-d58c-411c-a03f-744380607522





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

CASA VICENTE LACERDA DE MENEZES
PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO BARBOSA MEDEIROS, CYNTHIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
Acesse em: https://stc.ece.pe.gov.br/epj/validarDoc.seam?codigo_documento=65f1a30e-d58c-411c-a031-74f880607522

NOTAS EXPLICATIVAS (ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 MCASP)

INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade:
Câmara Municipal de Camaragibe
CNPJ:
08.260.630/0001-07
Natureza jurídica da entidade:
106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
Principais atividades da entidade:
84.11-6-00 - Administração pública em geral
Domicílio da entidade:
Rua Sr. Domingos Sávio Dias, 258, Centro, CEP: 54.768-010 – Camaragibe/PE
Natureza das operações e principais atividades da entidade:
A Câmara Municipal de Camaragibe possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo Municipal”, sendo sua atividade principal classificada como: “Administração pública em geral”. A execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 686, de 21 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2017). Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal 1988. O texto ao artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: “Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000). I - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito).”.
Dados do Gestor:
Nome: José Roberto Barbosa Medeiros. Cargo: Presidente. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2018.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:
Nome: Cynthia Mayara Gomes dos Santos CRC-PE nº 026241/O-9. E-mail: cynthia_mayara@hotmail.com
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:
A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Camaragibe, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO BARBOSA MEDEIROS, CYNTHIA MAYARA GOMES DOS SANTOS
Acesse em: <https://tce.tcepe.org.br/portal/Doc.aspx?CodigoDoc=66130e-d8c-411c-a031-744380007522>

Atendimento a legislação e as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.

Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP 7ª edição e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas, os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa/depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Bases de mensuração utilizadas:

A elaboração do balanço financeiro por se tratar de um fluxo de natureza financeira adota o regime de caixa definido no art. 35 da Lei nº 4.320/64, tanto para as receitas como para as despesas.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Financeiro. Este demonstrativo está de acordo com as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T SP 16.6.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Financeiro.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

Ingressos Orçamentários:

Não houve ingressos de receita orçamentária do exercício de 2017.

Transferências Financeiras Recebidas:

Os valores das transferências financeiras recebidas no exercício de 2017 totalizaram R\$ 8.786.688,34, sendo estas derivas dos repasses recebidos da Prefeitura Municipal, conforme definido na legislação.

Ingressos Extraorçamentários:

Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 1.290.489,62, sendo compostos por as contas: Restos a Pagar (inscrição) e Consignações, apresentando respectivamente os seguintes valores: R\$ 13.057,69 e R\$ 1.277.431,93.

**Saldo bancário anterior:**

O saldo disponível em 31/12/2016 foi de R\$ 99.802,48 (noventa e nove mil, oitocentos e dois reais e quarenta e oito centavos).

Despesa Orçamentária:

A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 8.786.660,85

Transferências Financeiras Concedidas:

Não há transferências financeiras concedidas.

Desembolsos Extraorçamentários:

Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 1.287.884,37, sendo compostos por as seguintes contas: Restos a Pagar (Pagos) Consignações, com os respectivos valores: R\$ 13.082,36 e R\$ 1.274.802,01.

Saldo bancário para o exercício seguinte:

O saldo disponível em 31/12/2017 foi de R\$ 102.435,22 (cento e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos).

Resultado Financeiro do Período:

Ao compararmos o saldo ao final do exercício de 2016 (R\$ 99.802,48) com o saldo ao final do exercício de 2017 (R\$ 102.435,22), nota-se uma variação das disponibilidades financeiras na ordem de R\$ 2.632,74.

Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos:

Não se aplica a entidade em questão.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:**

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houveram ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Reconhecimento das Retenções:

O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.

JOSÉ ROBERTO
BARBOSA
MEDEIROS
Presidente

CYNTHIA MAYARA
GOMES DOS
SANTOS
Contadora
CRC/PE N°
026241/O-9